



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA – UFSM**

**CENTRO DE EDUCAÇÃO**

**Curso a Distância de Pós-Graduação/Especialização em Educação Especial**

**Artigo Monográfico de Especialização**

**Lei de Acessibilidade: (re)criando espaços escolares acessíveis?**

**Clenir Farias Gomes**

**Santa Maria , RS, Brasil**

# **Lei de Acessibilidade: (re)criando espaços escolares acessíveis?**

---

**por**

**Clenir Farias Gomes**

Artigo Monográfico apresentado ao Curso a Distância de Pós-Graduação/Especialização em Educação Especial, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do grau de

**Especialista em Educação Especial.**

**Curso a Distância de Pós-Graduação/Especialização em Educação Especial**

Santa Maria, RS, Brasil

2007

**Universidade Federal de Santa Maria  
Centro de Educação  
Curso a Distância de Pós-Graduação/Especialização em Educação Especial  
Pólo Sant'Ana do Livramento**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova o Artigo Monográfico:

**Lei de Acessibilidade: (re)criando espaços escolares acessíveis?**

Elaborado por:

**Clenir Farias Gomes**

Como requisito parcial para a obtenção do grau de  
Especialista em Educação Especial

**COMISSÃO EXAMINADORA:**

---

**Prof<sup>a</sup>. Ms. Eliana da Costa Pereira de Menezes  
(Presidente/Orientadora)**

---

**Prof<sup>a</sup>. Ms. Roberta Rossarolla Forgiarini**

---

**Prof<sup>a</sup>. Ms. Renata Corcini Carvalho**

Santa Maria, dezembro de 2007.

## **RESUMO**

Artigo de Especialização  
Curso a Distância de Pós-Graduação/Especialização em Educação Especial  
Universidade .Federal de Santa Maria, RS, Brasil

### **Lei de Acessibilidade: (re)criando espaços escolares acessíveis?**

AUTOR: CLENIR FARIAS GOMES  
ORIENTADOR: ELIANA DA COSTA PEREIRA DE MENEZES

Uma nova realidade educacional se apresenta no Brasil - a inclusão de alunos com deficiência no ensino regular. Tal realidade nos mostra à inadequação dos prédios escolares devido à falta de condições de acessibilidade aos alunos. O paradigma da inclusão nos convida a pensar em questões sobre o acesso e a qualidade da educação, chamando a atenção dos sistemas de ensino para a necessidade de uma nova organização dos espaços educacionais. Nesse contexto, o presente estudo foi realizado com o objetivo de analisar o que tem sido realizado em termos de acessibilidade de alunos com necessidades especiais que possuem deficiência física nas escolas em Santana do Livramento/RS. Para tanto foi realizada uma pesquisa qualitativa, cujos dados foram coletados a partir de entrevistas semi-estruturadas com alunos que possuem deficiência física e que estudam em escolas regulares do referido município. Com a análise do que foi coletado, percebeu-se que apesar de algumas mudanças estruturais já realizadas, ou que estão em desenvolvimento pelas escolas desses alunos, os mesmos ainda encontram dificuldades para o acesso aos espaços que constituem o ambiente escolar, o que por sua vez, acarreta na dificuldade de interação desses alunos com os outros alunos e com o conhecimento ali produzido. Salienta-se que para além dessas adaptações físicas, faz-se importante e indispensável que sejam criados momentos de discussão dentro das escolas, para que a inclusão não se constitua apenas em alterações nos ambientes. Alterações essas que podem acabar fortalecendo cada vez mais a dependência dos alunos com deficiência, e os estereótipos e preconceitos com relação a eles.

**Palavras-chave:** educação, inclusão, acessibilidade.

## **RESUMEN**

Artículo de Especialización  
Curso a Distância de Pós-Graduação/Especialização em Educação Especial  
Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil,

### **¿La Lei de accesibilidad: (re)creando los espacios accesibles en la escuela?**

AUTOR: Clenir Farias Gomes  
CONSEJERO: ELIANA DA COSTA PEREIRA DE MENEZES

Una nueva realidad de educación se presenta en Brasil - la inclusión de los estudiantes con deficiencia en la enseñanza regular. Tal realidad presentanos a la insuficiencia de los edificios escolares debido a la falta de condiciones de accesibilidad a los estudiantes. El paradigma de la inclusión nos invita a pensar en los asuntos sobre el acceso y la calidad de la educación, mientras consiguiendo la atención de los sistemas de educación por la necesidad de un régimen nuevo de los espacios de educación. En ese contexto, el estudio presente fué cumplido con el objetivo de analizar lo que ha sido cumplido por lo que se refiere a la accesibilidad de estudiantes con necesidades especiales que los poseen la deficiencia física en las escuelas en Santana do Livramento/RS. Para tanto nosotros logramos una investigación cualitativa cuyos datos fueron cojidos a partir de entrevistas semi-estructurada con estudiantes que poseen deficiencia física y ese estudie en las escuelas regulares del distrito municipal referido. Con el análisis de lo que era reunido, nosotros notamos que, a pesar de algunos cambios estructurales logrados, o que en desarrollo para las escuelas de esos estudiantes, los mismos tienen todavía dificultades por el acceso a los espacios que constituyen la atmósfera escolar, lo que por su vez, carretea en la dificultad de la interacción de esos estudiantes con los otros estudiantes y con el conocimiento allí producido. Nosotros señalamos que para además esas adaptaciones físicas, se hace importante e indispensable que sean criados momentos de discusión dentro de las escuelas, para que la inclusión simplemente no se constituya en las alteraciones en esos ambientes. Alteraciones que pueden fortalecer la dependencia de los estudiantes cada vez más con la deficiencia, y los estereotipos y prejuicios con respecto a ellos.

**Palabra-importante:** educación, inclusión, accesibilidad

# 1. APRESENTAÇÃO

## 1.1 Justificativa, problema e objetivo da pesquisa.

O presente artigo problematiza o tema acessibilidade, discutindo-o a partir da realidade vivida por pessoas que possuem deficiência física dentro do espaço escolar, no que diz respeito à locomoção e mobilidade ao acesso do conhecimento.

A acessibilidade está presente nas discussões que orientam a construção da escola inclusiva, imprimindo a necessidade de transformação dos ambientes que constituem o espaço escolar em espaços acessíveis, que garantam os direitos dos alunos de acesso ao conhecimento e que atendam a diversidade humana.

O desafio da acessibilidade está lançado à educação e a sociedade como um todo. Para sua efetivação requer ambientes onde não haja preconceito, exigindo mudanças de atitudes em relação às diferenças, a adequação das estruturas físicas que permitem a circulação e a mobilidade dos sujeitos nos lugares que são comuns à vida em sociedade.

Neste caso a escola cumpre um papel fundamental, uma vez que além de seu objetivo tradicional, qual seja, promover o desenvolvimento e a aprendizagem de seus alunos, preparando-os para a vida em sociedade, tem ainda que desenvolver ações na tentativa de reverter situações de exclusão ao promover a conscientização da comunidade escolar de um modo geral.

Por ser professora de uma aluna cadeirante, convivi com os problemas e as barreiras por ela enfrentadas. Senti-me incentivada então a desenvolver a presente pesquisa, para discutir a acessibilidade na escola inclusiva. O que tem sido feito? Que ações ainda precisam ser desenvolvidas? O que ainda precisa ser discutido a esse respeito?

Nessa perspectiva, este artigo resulta de uma pesquisa realizada com pessoas que apresentam necessidades educacionais especiais por possuírem deficiência física, a partir da seguinte situação problema:

## **“O que tem sido realizado em termos de acessibilidade de alunos com necessidades especiais que possuem deficiência física nas escolas?”**

Pretendo com esse estudo problematizar as ações que podem ser (ou estão sendo) desenvolvidas para o favorecimento da acessibilidade de alunos com necessidades educacionais especiais, identificando aspectos que merecem ser considerados para que essa acessibilidade se constitua como favorecedora das interações que esses alunos estabelecem nos espaços escolares. Buscamos conhecer os problemas e as barreiras enfrentados no cotidiano escolar desses alunos para assim procurar encontrar alternativas para promover a interação desses no contexto escolar.

Acredita-se que mais importante do que aplicar “a risca” os instrumentos legais vigentes sobre acessibilidade e políticas de educação inclusiva, é importante compreender e perceber as mudanças necessárias nos procedimentos, atitudes, comportamento e na produção de espaços acessíveis, garantindo o direito de ir e vir, de forma independente de todas as pessoas, as tenha ou não deficiências.

## **2. CAMINHOS DA INVESTIGAÇÃO**

O presente estudo foi desenvolvido a partir de uma abordagem qualitativa de pesquisa, e nessa perspectiva, os dados foram coletados com a realização de entrevistas semi-estruturadas, além da realização de observações informais no dia-dia dos alunos objeto deste estudo.

As perguntas que constituíram a entrevista tinham como foco principal conhecer qual a realidade das escolas com relação à acessibilidade dos alunos que possuem deficiência física; o que está atualmente dificultando ou impedindo a locomoção desses alunos dentro da escola; o que já foi feito para melhorar o acesso aos espaços e atividades; o que pode ser feito ainda; quais serviços e equipamentos alternativos poderiam facilitar a locomoção e mobilidade dentro da escola.

O trabalho foi realizado com dois alunos de diferentes escolas de Santana do Livramento. Nessas escolas foi possível avaliar as barreiras ambientais que restringem o deslocamento dos mesmos.

Tentado clarear um pouco o estudo desenvolvido, trago aqui algumas características das escolas em que os alunos entrevistados estudam. A primeira

Instituição - chamada aqui de **Escola A** - tem mais de 80 anos de existência no município. Possui forte influência no cenário educacional da cidade por se tratar de ser a única escola que possui o Curso Normal para formação de professores na região. É uma escola privada que conta atualmente com 30 professores, uma clientela de 380 alunos, distribuídos na educação básica, níveis fundamental e médio. Com relação a estrutura física, a escola providenciou a instalação de um elevador e a construção de uma rampa de acesso para os alunos que possuem deficiência física, mas ainda apresenta algumas barreiras arquitetônicas que acabam resultando em dificuldade de deslocamento no espaço para os alunos.

Já a outra escola - **Escola B** - constitui a rede pública municipal de ensino fundamental. Possui 46 anos de existência no município. Atualmente tem 27 professores e uma clientela de 356 alunos. Nessa instituição as barreiras são inúmeras, pois a escola está funcionando em estado precário e tem apenas uma rampa de acesso ao prédio. É importante, no entanto esclarecer que a escola neste momento passa por uma reforma em sua estrutura física, a partir de projeto arquitetônico (Anexo A) que obedece a adequação das normas técnicas da (NBR/9050.85) quanto aos requisitos necessários para a inclusão em ambientes escolares. Nesse sentido, acredita-se (e espera-se) que as dificuldades encontradas hoje pelos alunos quanto a acessibilidade sejam provisórias.

Com relação aos critérios utilizados para a escolha dessas suas escolas, esclarecemos que elas foram escolhidas por serem duas escolas com realidades diferentes. Uma no centro da cidade com excelente infra –estrutura com sua clientela de um poder aquisitivo elevado. Já a outra escola é situada na periferia com um prédio condenado pela degradação do tempo, (essa escola está sendo reconstruída, dentro dos padrões da legislação), sua clientela é de baixo poder aquisitivo.

Com relação aos alunos entrevistados, esclarecerei que a primeira - aqui chamado de **Aluna T** para garantir seu anonimato - tem 11 anos e está cursando a 4º série do Ensino Fundamental na **Escola B**. Freqüenta esse educandário desde a pré-escola. Possui bom relacionamento com professores e colegas. Sua mãe a acompanhou durante as entrevistas e colaborou as respostas que a menina deu.

Já o segundo aluno – **Aluno W** - tem atualmente 12 anos, cursa a 6º série do Ensino Fundamental na **Escola A**. Freqüenta essa instituição há exatamente um ano. Estudava em uma outra escola privada que fechou suas portas. Durante



observação realizada o mesmo também mantém bom relacionamento com seus colegas.

Alguns passeios realizados pelos alunos foram por mim acompanhados e se constituíram também como fonte de coleta de dados para a pesquisa, além também da observação de atividades dos alunos no uso do espaço escolar, a partir dos quais anotações foram feitas no diário da pesquisa. Assim, a partir de agora iremos analisar e discutir tais dados, com a intenção de responder ao problema norteador desse estudo.

### **3. INCLUSÃO ESCOLAR E ACESSIBILIDADE**

O Paradigma da educação inclusiva nos convida a pensar nas questões de acesso e de qualidade na educação, chamando a atenção dos sistemas de ensino para a necessidade de uma outra organização dos espaços escolares, com o objetivo de eliminar barreiras que dificultam ou impedem a participação e a integração de todos na escola.

Nessa concepção de escola as discussões sobre acessibilidade são fundamentais, pois indicam barreiras que são transponíveis, passando a planejar as escolas como ambientes acessíveis, que garantam os direitos de cidadania e atenção à diversidade humana.

No Brasil, de acordo com o Censo Demográfico do IBGE (2000), 14,5% da sua população total possui algum tipo de deficiência. Nesse índice encontram-se crianças desnutridas, falta de acesso aos sistemas de saúde, falta de saneamento como principais causadores das deficiências.

Assim, a partir da implantação da política de educação inclusiva, a escola é chamada para promover a educação e a integração social de seus alunos, bem como a pensar ações para a transformação das situações de exclusão daquelas crianças e adolescentes que por algum motivo foram destituídos da condição de aprendizes, promovendo momentos de problematização e discussão sobre os direitos de acesso e permanência, com qualidade, desses alunos na escola.

O direito das crianças com deficiência de terem acesso à escola regular foi amplamente discutido na Declaração de Salamanca, firmada durante a Conferência Mundial de Educação Especial, realizada pela ONU, em 1994. No Brasil estes princípios foram ratificados, em 1996, através da aprovação da Lei das Diretrizes e

Bases da Educação Nacionais Lei nº. 9394, que define a educação especial como a “modalidade de educação escolar, oferecendo preferencialmente na rede regular de ensino, para educados portadores de necessidades especiais”.E ratificados em 2001, com a criação da Lei nº 10.172/01 que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE), a partir do qual definem-se metas para a educação como um todo, as quais devem ser concretizadas em 10 anos.

Assim, sabemos que a inclusão é um processo crescente, em que as pessoas com deficiência, familiares, e profissionais envolvidos com a educação, lutam por uma maior conscientização da sociedade brasileira sobre direitos e respeito à diferença. A esse respeito, Menezes nos lembra que “o Paradigma da inclusão representou e representa uma luta constante e significativa da população mundial em busca de respeito a direitos básicos de cidadania e igualdade de oportunidades (...)”. (MENEZES, 2006, p. 23)

Concordamos com a autora, pois essa é uma luta constante, na qual muito ainda há para ser feito, a começar pela própria escola. Precisamos discutir esse conceito de escola inclusiva em que os professores dizem-se despreparados, que não possui condições mínimas de atenção a diversidade de alunos; que trabalha a partir de uma visão homogeneizante, procurando a padronização dos alunos, entre tantos outros aspectos que estão diariamente inquietando-nos.

Com relação a esses aspectos, podemos, através das as falas dos alunos entrevistados, constatar que eles acreditam e lutam por essa escola para todos, ainda que enfrentem significativos obstáculos.

*“Para a escola minha filha vai de cadeira de rodas, e na fisioterapia vai de carro”.* **(Aluna T)**

*“Vou de carro até a escola. Entro pela porta ao lado da capela, pois, já fico no andar da minha sala de aula. Quando tenho que ir em outros locais uso o elevador e as vezes os funcionários me carregam nas escadas onde não tem acesso”.* **(Aluno W)**

Nenhum dos dois alunos tem autonomia para suas ações dentro das escolas, ficando dependente de ajuda, auxílio e boa vontade de funcionários, colegas e professores. Essa situação não é a ideal. Sabemos que os alunos precisam ter autonomia para deslocar-se nos espaços que constituem as escolas, tendo acesso ao conhecimento produzido nesses espaços. A inclusão não deve estar alicerçada na caridade e boa vontade de alguns sujeitos para com outros, isso gera situações

de dependência. Ao contrário, deve sim primar pela autonomia e independência de todos os sujeitos que constituem a escola.

Nas últimas décadas tivemos a promulgação de leis e normas de acessibilidade espacial - Lei Federal nº. 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promulgação da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiências e a NBR 90050/2004. A partir dessas leis os alunos que apresentam algum tipo de deficiência e, que até então eram excluídas do ensino regular e freqüentavam classes ou instituições de ensino especial, passam a freqüentar as escolas regulares com todos os direitos garantidos por lei. Juntamente com a obrigatoriedade legal, observamos a falta de acessibilidade nas edificações escolares. Muitas comprometem a inclusão e geram situações de dependência e até mesmo exclusão.

Por isso, acreditamos que muito já foram os avanços, mas há muito ainda o que se alcançar e se reivindicar, respeitando sempre a individualidade de cada ser humano. Na verdade nos deparamos com uma educação inclusiva que só existe realmente no discurso político, não há ainda uma base concreta que sustente a aplicação prática de tal filosofia.

Chegamos então aos dias de hoje, século XXI, acreditando que, apesar dos inúmeros avanços conquistados, ainda há muito que se alcançar e muito que se reivindicar. (...) E assim, apesar das conquistas alcançadas, deparamo-nos atualmente com uma Educação Inclusiva que em sua totalidade só existe realmente no discurso político, pois não há ainda o estabelecimento de uma base concreta que sustente a aplicação prática de tal filosofia. Enquanto leis, decretos, diretrizes continuarem a prever ações inclusivistas sem que, no entanto, toda a sociedade se responsabilize pela sua concreta efetivação, precisaremos continuar reivindicando a igualdade de oportunidades para todos. Amaral (1994, p. 70) já afirmava que todos nós, deficientes e não deficientes, que trilhamos ao longo da história um caminho em busca da inclusão social e profissional da pessoa com NEs, na tentativa de construirmos uma sociedade mais igualitária, somos co-responsáveis pelos caminhos futuros, assim como “também o são, infelizmente, aqueles que têm calado.” (MENEZES, 2006, p. 40)

Nesse artigo o objetivo central é problematizar a acessibilidade nas escolas inclusivas, analisando os aspectos que precisam ser considerados para que essa acessibilidade possa constituir espaços favorecedores das interações nas escolas.

Para se ter uma escola inclusiva nos dias atuais é necessária uma educação desafiadora. Promover a inclusão e a participação são essenciais à dignidade humana e ao gozo do exercício dos direitos humanos. No campo da educação significa um desenvolvimento de estratégias e igualdade de oportunidades a todos.

### 3.1 Conceitos básicos

O termo **Inclusão** refere-se à vida social e educativa de todos os alunos. Tem como meta principal não deixar ninguém no exterior do ensino regular. Nesse sentido, a palavra acessibilidade deve ser vista como parte de uma política de mobilidade que promova a inclusão social, a equiparação de oportunidades e o exercício da cidadania das pessoas com deficiência. Interessa para a acessibilidade as pessoas que por um motivo ou outro, estão impedidas ou limitadas em seus movimentos.

É possível dizer que a acessibilidade pode ser compreendida como oferta de qualidade de vida, relacionando ao comportamento físico do espaço escolar. É importante que se reconheça as escolas como um espaço em constante crescimento de especialidades das mais diversas, que deve ser repensado de maneira a proporcionar lugar de desenvolvimento e aprendizagem para as gerações futura.

A **Acessibilidade espacial** significa chegar a algum lugar com segurança, conforto e independia, entender a organização e as relações espaciais que este lugar estabelece, e participar das atividades que ali ocorrem fazendo uso dos equipamentos disponíveis. Por exemplo, para cada aluno cadeirante ir até a biblioteca de sua escola deve ser possível, chegar desde sua casa até a escola, através de percurso sem barreiras, com dimensões adequadas, travessias seguras e rampas nos passeios, com dimensões adequadas, e na entrada da escola.

Ao entrar na escola, deve ser possível identificar o caminho a seguir através da configuração espacial e ou da informação adicional.

Acessibilidade espacial depende então das condições ambientais de acesso à informação, das possibilidades de deslocamento e de uso de atividades, permitindo aos indivíduos participar e estabelecer relações com as demais pessoas.

Com relação ao deslocamento no espaço escolar, a **Aluna T** nos diz que enfrenta algumas dificuldades. Segundo sua mãe, *“ela é uma menina muito esperta,*

*inteligente, esforçada e dedicada. Estuda desde a pré-escola sendo uma aluna muito querida por todos e todos a ajudam. As salas de aula têm que ter livre acesso. Como a escola está em estado precário varias coisas impedem. Há uma forte expectativa em relação a nova escola que está sendo construída.”*

Já o **Aluno W** estuda há um ano nessa escola que foi adaptada para deficiente físico. É uma escola antiga mais apresenta uma boa infra-estrutura. No entanto, apesar de ter elevador e rampas de acesso aos outros andares ele enfrenta dificuldades pois existe degraus entre salas de aula, que impedem sua locomoção, dificultando assim sua autonomia e segurança.

As **Barreiras atitudinais** são aquelas estabelecidas na esfera social, onde as relações humanas concentram-se nas restrições dos indivíduos e não em suas habilidades.

Um professor que impede um aluno de jogar bola com seus colegas, o faz principalmente por não reconhecer seu direito de inclusão, e não tanto por não saber criar modos de brincar que permitam sua participação no jogo.

E as **Barreiras físicas** são representadas por elementos arquitetônicos físicos ou de desenho espacial que dificultam, ou impedem, a realização de atividades desejadas de forma independente causando diversos tipos de restrições.

Ao acompanhar os alunos no seu dia-a-dia podemos constatar que embora as escolas tentem se adaptar, eles ainda enfrentam dificuldades no espaço físico.

*“Apesar de alguns obstáculos a ter que esperar muitas ajuda, participo das atividades e vou a todos os lugares junto com minha turma”. (Aluno W).*

*“As salas de aula têm que ter livre acesso. Como a escola está em estado precário varias coisas impedem. Mas esperamos a escola nova que está sendo construída que irá ser adaptada para deficientes”. (Aluna T).*

Apesar da relevância de informação espacial para a acessibilidade, esta raramente é incluída como elemento de estudo e objeto de normalização dos espaços, portanto é primordial compreender como é possível obter acessibilidade para eliminar barreiras para os alunos.

Percebemos que são complexos os problemas enfrentados pelos alunos, pois embora as escolas tenham rampa, elevador, classes mais baixas, ambos enfrentam dificuldades dentro do espaço físico escolar. Nesse sentido pensamos ser

fundamental que se criem condições espaciais para que os alunos possam acessar todos os espaços de sua escola e participar de todas as atividades escolares com segurança e maior independência possível, de acordo com suas habilidades e limitações. Além disso, também faz-se importante que espaços de discussão sejam pensados para que os aspectos que foram aqui abordados, além de outros que possam surgir, sejam problematizados pela comunidade escolar na intenção de supera-los.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE O ESTUDO**

A inclusão de pessoas que possuem algum tipo de deficiência física vai muito além de banheiros, rampas e materiais didáticos. A escola precisa mais do que adaptações na estrutura física para promover a acessibilidade de seus alunos.

De acordo com o cenário analisado, muitas ações ainda devem ser realizadas para que se favoreça a acessibilidade dos alunos na escola inclusiva, pois acreditamos que o que aluno com deficiência física necessita é de independência nos estabelecimentos de ensino.

As situações de exclusão espacial acabam favorecendo a segregação pois não possibilitam a interação entre as pessoas. Nesse sentido, pensamos que para alterar essa situação é necessária vontade política, em face das providencias que precisem ser tomadas nas escolas, além de (re)construção das concepções sobre a diferença no espaço escolar.

A acessibilidade é uma condição básica para a inclusão social das pessoas com deficiência. Assim, ao projetar os espaços educacionais, devemos pensar em criar condições de acessibilidade aos alunos.

Embora as escolas tenham se esforçado para promover uma maior acessibilidade a seus alunos, constatamos que rampa, elevadores, classes mais baixas e computadores adaptados não são suficientes para que os alunos com deficiência física possam acessar os espaços de sua escola e participar das atividades escolares que são realizadas, o que compromete sua aprendizagem e desenvolvimento.

O desafio da acessibilidade está colocado para a educação, seus pressupostos não estão restritos ao trabalho de determinados profissionais, mas estão direcionados para toda a sociedade, pois os sujeitos precisam ter acesso aos espaços que a constituem como cidadãos que são. Precisam conquistar autonomia pra freqüentar a escola assim como o banco, o supermercado, o restaurante, etc. E, sabemos que para a concretização desse projeto, necessitamos acima de tudo (re)significar preconceitos, pois é a partir da superação destes que passaremos a pensar em mudanças de atitudes com relação a diferença.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei Federal nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000**. Brasília: Centro gráfico,2000.

BRASIL. **Decreto nº 5296 de 2 de dezembro de 2004**. Brasília :Centro gráfico,2004  
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE. Centro Demográfico. Rio de Janeiro, 2002.

MENEZES, Eliana da Costa Pereira de. **Informática e educação inclusiva: discutindo limites e possibilidades**. Santa Maria: Editora UFSM, 2006.

### Sites Pesquisados:

- 1 - <http://www.cidades.gov.br/media/SemSemob/Cadernos/BrasilAcessivelAzul.pdf>
- 2- <http://www.cidades.gov.br/media/SemSemob/Cadernos/cad-2.pdf>
- 3- <http://www.cidades.gov.br/media/SemSemob/Cadernos/cad-3.pdf>
- 4- <http://www.cidades.gov.br/media/SemSemob/Cadernos/cad-4.pdf>
- 5- <http://www.cidades.gov.br/media/SemSemob/Cadernos/cad-5.pdf>
- 6- <http://www.cidades.gov.br/media/SemSemob/Cadernos/cad-6.pdf>



## **ANEXOS**



## **ANEXO B – Entrevista realizada com os sujeitos da pesquisa**

**NOME:**

**IDADE:**

**SÉRIE ESCOLAR:**

**TEMPO EM QUE ESTUDA NA ESCOLA:**

1) Para sua locomoção o que você faz frequentemente?

2) Enfrenta dificuldades em sua locomoção e mobilidade na escola?

3) Quais as principais barreiras que dificultam ou impedem sua locomoção dentro do espaço escolar?

4) Quais os recursos mais utilizados na sua vida escolar?

5) O que facilitaria o seu acesso no ambiente escolar em geral?